



## **Relato de vivência: agronegócio x mundo camponês, perspectivas e reflexões sobre a resistência agroecológica**

Renata Cavalcante Tenório

---

### **RESUMO**

O presente relato traz em seu corpo experiências vividas a partir de reflexões compiladas após a participação em nove aulas oferecidas pela disciplina Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial, ministrada pelos professores Drs. Carlos Ubiratan Gonçalves - UFPE e Sávio José Dias Rodrigues - UFMA. Consideraram-se as trajetórias do mundo camponês e dos agricultores familiares como ponto de partida para as rodas de conversa que aconteceram por meio da plataforma *google meet*, no modo remoto do ensino vigente. Objetivava-se, desse modo, desconstruir o pensamento alienado pela grande visibilidade atribuída ao agronegócio nas mídias de telecomunicação, enfatizou-se assim, a importância do campesinato e da sustentabilidade para a conservação e preservação dos recursos naturais, entoando suas lutas e resistências. A partir de diferentes referenciais teóricos, pretende-se estabelecer, neste relato, uma sucinta e relevante contribuição para as perspectivas de participação social local.

**Palavras-chave:** Agronegócio; campesinato; luta.

### **EXPERIENCE REPORT: AGRIBUSINESS X PEASANT WORLD, PERSPECTIVES AND REFLECTIONS ON AGROECOLOGICAL RESISTANCE**

#### **ABSTRACT**

The present report brings in its body experiences lived from reflections compiled after participating in nine classes offered by the discipline Peasant Family Agriculture and Territorial Planning, taught by professors Drs. Carlos Ubiratan Gonçalves - UFPE and Sávio José Dias Rodrigues - UFMA. The trajectories of the peasant world and family farmers were considered as a starting point for the conversation circles that took place through the *google meet* platform, in the remote mode of current education. The objective was, in this way, to deconstruct the thought alienated by the great visibility attributed to agribusiness in the telecommunication media, thus emphasizing the importance of the peasantry and sustainability for the conservation and preservation of natural resources, singing their struggles and resistances. From different theoretical references, it is intended to establish, in this report, a succinct and relevant contribution to the perspectives of local social participation.

**Keywords:** Agribusiness; peasantry; fight.

## **REPORTE DE EXPERIENCIA: AGROINDUSTRIA X MUNDO CAMPEÑO, PERSPECTIVAS Y REFLEXIONES SOBRE LA RESISTENCIA AGROECOLÓGICA**

### **RESUMEN**

El presente informe trae en su cuerpo experiencias vividas a partir de reflexiones recopiladas luego de participar en nueve clases ofrecidas por la disciplina Agricultura Familiar Campesina y Planificación Territorial, impartidas por los profesores Dres. Carlos Ubiratan Gonçalves - UFPE y Sávio José Dias Rodrigues - UFMA. Las trayectorias del mundo campesino y de la agricultura familiar fueron consideradas como punto de partida para las ruedas de conversación que se realizaron a través de la plataforma google meet, en la modalidad a distancia de la educación actual. El objetivo fue, de esta forma, deconstruir el pensamiento alienado por la gran visibilidad atribuida al agronegocio en los medios de telecomunicaciones, destacando así la importancia del campesinado y la sustentabilidad para la conservación y preservación de los recursos naturales, cantando sus luchas y resistencias. A partir de distintos referentes teóricos, se pretende establecer, en este informe, un aporte sucinto y relevante a las perspectivas de participación social local.

**Palabras-clave:** Agroindustria; campesinado; pelear.

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A disciplina intitulada Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial, organizada pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ministrada pelos professores Drs. Claudio Ubiratan Gonçalves - UFPE e Sávio José Dias Rodrigues - UFMA, com caráter de disciplina eletiva, carga horária de 45h, iniciou-se no dia 06/05/2021 e encerrou no dia 05/09/2021. A disciplina ganhou corporeidade por meio de discussões acerca de questões que envolveram o mundo camponês. Um verdadeiro curso concentrado, intenso, que possibilitou o amadurecimento das reflexões pessoais, acadêmicas e profissionais.

Transmitiu caráter de disciplina de pós-graduação, visto que assumiu um tom de linha mestra, com a metodologia aberta para qualquer participante, dialogou por meio de indicação, orientação de trabalhos, organizações sociais ou membro de comunidades, os quais foram pontos somados aos objetivos centrais do planejamento, metodologicamente provocativo à práxis do campo com as dinâmicas e formas de ser/estar no tempo e no espaço. Além de trazer ementário pautado em algumas das discussões tais quais campesinato, agricultura familiar e pequena produção, organização interna da produção,

especificidades culturais e econômicas nas relações com a natureza, relações de trabalho no campo, agricultura ecológica, entre outros.

Teve a colaboração de convidados, como os professores doutores: Dra. Amanda Gomes (UFMA), Dr. Avelar Araújo Santos Junior (UFAL), Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (UFPE), Dra. Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima (UFMA), entre outros. Também foram convidados membros de organizações sociais, agricultores e membros de movimentos sociais, cada um com sua bagagem e experiência de vida, tais como Leonora Rodrigues, membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do estado do Maranhão, Cleandro dos Santos, morador do Território Quilombola de Cocalinho – MA, Lucca Muypurá do Povo Anapuru Muypurá (Brejo)/UNEB, entre outros.

Temas geradores, como a diversidade de formas de ocupações de territórios, ocupação do território indígena, feminismos no campesinato, confusão dos termos e conceitos entre pequeno agricultor, agricultor familiar, camponês e o mundo devastador do agronegócio, foram temáticas que entoaram diálogo e debate. Ao trazer convidadas e convidados que vivenciam essas realidades, foi possível aproximar a metodologia à vivência de cada participante, objetivando assim, que a comunicação dos convidados fluísse naturalmente, desatrelando-se a ideia de subordinação e subalternização conceitual do pensamento.

Essa metodologia de horizontalizar o saber ganha vida própria quando o facilitador e/ou palestrante se direciona a não centralizar o poder do monólogo, abrindo dessa forma espaço para discussões, transcendendo a centralidade ao oportunizar o debate, nos termos de Sommerville (1993) proporcionando a comunicação em coletividade, tratando os problemas críticos com que se defrontam os indivíduos em seus territórios juntamente a vida em sociedade. No total foram nove momentos, que a partir de um lugar de corporificação, desde o Maranhão, atravessando Alagoas e Pernambuco, para a Colômbia, Peru, Argentina, Uruguai, Tucumã, entre outros locais, partilharam-se experiências singulares de cada cultura. Abordou-se, assim, sobre o campesinato brasileiro que está em formação/destruição, com essas relações de força que rebatem a organização da produção, registrando a importância de problematizar as relações entre os saberes territoriais, que nas palavras de Porto-Gonçalves (2006), é preciso romper com a

ideia eurocêntrica de conhecimento universal e considerar as diferentes matrizes de racionalidades de diferentes lugares.

De modo geral, a pretensão foi desenvolver de maneira interna para a externa, a conversa a respeito do campesinato e da questão agrária, desde as experiências vividas, contexto pandêmico e a forma de cuidar do outro, fazendo contrapropaganda do agronegócio, revelando a parcialidade do que é ser e existir camponês. E, mais especificamente o relato aqui abordado se sustentará sob as discussões da agroecologia na agricultura familiar camponesa e seus embates com o capitalismo voraz e destrutivo do agronegócio, escrita baseada na aula de número nove, que trouxe o tema: produção da agroecologia e as formas de (re) existência camponesa, ministrada com a participação da Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira DCG/UFPE.

#### *A produção camponesa versus a agricultura capitalista*

Na aula inspiração para este relato, a palestrante abordou questões como as que serão debatidas a seguir, enfatizando as resistências que se apresentam a partir de uma produção diferente do mundo capitalista e da mercantilização da comida. Ademais, foi produzido um contraponto acerca da manutenção de laços que se criam através da comida e resgate da história de grupos e organizações sociais que se unem em função da agricultura urbana enquanto prática social e sustentável, que levantam a bandeira agroecológica em processos organizacionais de disputas e conflitos por terras, com o viés ambiental.

O Brasil é um país que tradicionalmente mantém laços estreitos com o campo, desde a colonização, passando pelos ciclos econômicos do café, da cana-de-açúcar, da borracha, importantes marcos na economia brasileira impulsionados pelo trabalho no espaço rural. Embora a agricultura e a pecuária estejam sendo desenvolvidas em solo nacional desde o século XVI, o agronegócio surge a partir da segunda metade do século XX. Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2010) é a partir desse marco temporal que a produção do campo se torna cada vez mais tecnológica. Com a política de “modernização da agricultura”, começou-se a falar mais da existência de uma “agricultura moderna” ou de uma “agricultura capitalista”. Em meados de 1950, o espaço agrário Brasileiro

começou a passar por processos que trouxeram mudanças significativas, inicialmente nas regiões Sul e Sudeste, o advento da modernização do campo ocasionou aumento significativo na produção agrícola, destacando a exportação, favorecendo a economia nacional e a elite rural. Em contrapartida, provocando imensos impactos em virtude do uso de produtos tóxicos a saúde humana e ambiental. Como ratifica Graziano Neto (1985, p. 27) ao dizer que:

[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente.

Com a chegada dos maquinários modernos, o produtor passa a depender cada vez menos do tempo biológico, na tentativa de adaptar a natureza a sua maneira, no emprego da conservação artificial, fertilização do solo, mecanização da lavoura, seleção de sementes, elevando a produtividade do trabalho visando o aumento do lucro, deixando a agricultura subordinada à indústria.

A partir da década de 1960 o consumo de agrotóxicos e fertilizantes artificiais alcançaram posição de destaque. Segundo Graziano Neto (1985), entre 1965 e 1975 cresceu a taxa média de 60% ao ano em relação aos fertilizantes, enquanto os agrotóxicos cresceram uma média anual de 25%. O contexto resultado disso é uma estrutura fundiária pautada no monopólio de terras sob controle de uma minoria que detém o poder de uma produção voltada para a exportação de insumos para a indústria, em detrimento da produção de base alimentar e desprezo dos pequenos agricultores rurais.

Abordar esse assunto corresponde à dualidade de princípios, pois de um lado há a preocupação em preservar, conservar os recursos naturais, mantendo a saúde do solo e consequentemente da produção alimentar e do outro o avanço inescrupuloso do agronegócio que envolve a agricultura e a pecuária para a produção, sobretudo de *commodities*, numa eficiência cada vez mais técnica e precisa (SANTOS e GLASS, 2018, p. 6). O *marketing* do Brasil moderno ganha destaque pela produção diversificada, desde frutas, carnes e grãos, vendidos em propagandas chamativas que enfatizam o sucesso do agronegócio. Observando criticamente o *slogan* “Agro é Tech”, “Agro é Pop”, “Agro é Tudo”, usado pelas mídias de telecomunicação e redes de televisão, percebe-se que há a

estratégia de apresentar o agronegócio como a melhor e mais precisa forma de avanço e desenvolvimento. Entretanto, a história desse sucesso não é doce, muito menos exemplar como parece. Esse “Agro” apresentado como “Tudo” é o mesmo “Agro” que assassina os defensores do território e do meio ambiente, que a cada dia aumenta a emissão de gases poluentes, mata a fertilidade dos solos e causa inúmeros outros danos.

Todas essas transformações nas relações sociais no campo, ocorridas a partir da segunda metade da década de 1960 tem ganhado mais notoriedade. Acerca disso, Gonçalves Neto (1997, p. 109) defende que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 60, são fortemente pressionadas pela expansão do capital industrial e promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Sobre a questão, Prado Júnior (1979, p. 20) afirma:

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada têm de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições.

Dentre as consequências que se podem destacar, prevalece a exclusão e desvalorização do pequeno agricultor, pois com o advento da modernização do campo, sua agricultura se torna mais cara, à medida que há o processo de industrialização, os insumos que eram produzidos nas pequenas propriedades serão produzidos por setores não-agrícolas.

#### *Campesinato e produção agroecológica sustentável: bem-estar de tudo e de todos*

Discutir a respeito do campesinato é sobretudo falar do território rural a partir daqueles que mais precisam dele, da classe trabalhadora, dos povos do campo. Enquanto classe que se materializa a partir da relação terra/trabalho/capital (CARVALHO, 2005), de famílias camponesas que habitam determinado território e se dedicam às atividades agrícolas, em sua maioria, na forma de agricultura familiar, expressando o modo de vida no campo.

São famílias que tendo acesso à terra e aos recursos dela oferecidos, trabalham para suprir suas necessidades básicas de consumo. Nesse contexto, Costa (2000) aborda que a agricultura familiar, no decorrer da história da formação social brasileira, atua nos seus distintos modos de existência com essas características, por isso, tecem um mundo econômico, social, político e cultural que se produz, reproduz e afirma na sua relação com outros agentes sociais a estabelecerem uma especificidade que lhes é própria. Dessa forma, Pereira *et al* (2012) ressaltam que seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza, se faz necessário respeitar a sustentabilidade.

A sustentabilidade, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao termo desenvolvimento sustentável, pois são leituras complementares, porém com suas similaridades. O primeiro termo faz uma crítica ao desenvolvimento sustentável enquanto discurso apropriado pelo capital na disputa ideológica, já o segundo aborda a sustentabilidade enquanto atributo da agricultura camponesa (SILVA *et al* 2012). O assunto ganha força junto aos debates sobre a questão ambiental no contexto da evolução das discussões relativas às contradições entre crescimento econômico e conservação da natureza.

A partir do momento em que o ser humano tem consciência de que o esgotamento dos recursos é em suma gerado pelo modo industrial de apropriação da natureza, que se traduz em poluição e deterioração da qualidade ambiental, medidas começam a ser tomadas, visto que, por exemplo, a qualidade da alimentação que está sendo gravemente afetada pela poluição dos solos e por diversos outros fatores correspondem a pauta eminente que precisa ser encarada de forma séria, salientando sua democratização ao acesso. Nesse sentido, a agricultura familiar é justamente o berço dos alimentos saudáveis.

A produção da alimentação básica está nas mãos dos pequenos produtores, o saber do homem do campo e seu modo de tratar a terra é sadio, carregado de saberes tradicionais, capazes de manter a saúde humana e da natureza a partir da produção livre de venenos como fertilizantes nitrogenados e agrotóxicos, o que potencializa as chances de promover meios menos impactantes, uma vez que a consequência do alto grau de

eutrofização dos ambientes naturais são comprovados, e os danos promovidos à saúde e ao meio ambiente como um todo (LAMANO-FERREIRA et al., 2017).

A temática que envolve a alimentação saudável tem ganhado força nos últimos anos, perpassando desde as mídias, até o cotidiano da população que a cada dia opta por alimentos com menos utilização de agrotóxicos em sua produção, conseqüentemente que impactem menos o meio ambiente. À medida que a conscientização sobre os impactos do sistema agroindustrial na alimentação vem ganhando força, ganha visibilidade também o nicho de mercado dos alimentos orgânicos e naturais, produzidos a partir de um viés agroecológico.

Sobre essas práticas sustentáveis se destacam aquelas voltadas para o uso correto dos recursos hídricos e o cuidado com o solo, pelas vias de técnicas de manejo, utilização de adubação orgânica, rotação de culturas, compostagem dos resíduos, irrigação por sistema de gotejamento. Gerando impacto positivo na gestão da água, resultando em maior proteção ao meio ambiente e conseqüentemente saúde para a natureza e para quem consome a produção (BERNARDO; RAMOS, 2016). Dessa forma, as práticas sustentáveis na agricultura buscam estabelecer o equilíbrio ecológico, desde o preparo do solo até a saúde e qualidade de vida da população.

### *Luta e resistência*

Nota-se que há certa distância física e psicológica entre o consumidor e o agricultor, a qual gerada pela globalização da produção de alimentos por multinacionais, faz os produtos embalados chegarem às prateleiras com cada vez menos informações sobre suas origens, mas em antagonismo a essa vertente, aumenta também o número de consumidores curiosos que questionam esse sistema e criticam o modo pelos quais os produtos industrializados são produzidos. Dessa maneira, ao tentar tornar nossos sistemas alimentares socialmente mais justos, tem-se o intuito de contribuir com ambientes amigáveis e independentes das grandes corporações.

Nos últimos anos, um dado que chama a atenção de muitos estudiosos e pesquisadores da área é a forma intensa e ofensiva pela qual o agronegócio vem devorando o território, afrontando organizações sociais, dando lugar a disputas territoriais

e provocando resistência de pequenos agricultores contra o grande capital agrário. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, no ano de 2018, 55% da população mundial passou a viver em centros urbanos. O Brasil cultiva, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, cerca de 63 milhões de hectares.

Em contrapartida, os dados fornecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa destaca que este mercado envolve, hoje, grandes empresas e um volume anual de recursos de quase 1,2 trilhões de reais, divididos em insumos agropecuários (11,7%), produção agropecuária (29,6%), agroindústria (27,8%) e distribuição (31,1%). Essa modernização tecnológica agrícola atrai cada vez mais investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros, aumentando a concentração de terras, provocando aumento no valor da terra e conseqüentemente elevando as disputas territoriais, apontado por Santos e Glass (2018):

O interesse maior do agronegócio é o acesso às terras consideradas pela Constituição Federal como de direito das populações indígenas, dificultando a demarcação – que exclui sua exploração por não índios –, possibilitando arrendamento ou comercialização e abrindo a possibilidade para a implementação nos territórios de projetos de mineração, hidroenergia, infraestrutura, entre outros. (SANTOS e GLASS, 2018, p. 46).

Nos últimos anos, os conflitos envolvendo a tomada de territórios indígenas e de populações tradicionais têm se intensificado, aumentando o número de assassinatos de líderes ambientais e as lutas indígenas alcançaram um protagonismo crescente nas disputas territoriais, pois as terras são alvo de interesse da mega extração do agronegócio e palco de derramamento de sangue e silenciamento de vozes. Os dados abaixo refletem com mais clareza os números do ano de 2020.

**Tabela 1:** Assassinatos no ano de 2020

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
<b>Acre</b>						
Rio Branco	Ramal São Joãozinho	26/10/2020	Claudomir Bezerra de Freitas	1	52	Assentado
<b>Subtotal</b>				<b>1</b>		
<b>Amazonas</b>						
Boca do Acre	P. A. Monte	18/02/2020	Fernando Ferreira da Rocha	1	55	Advogado/a
Borba	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	07/08/2020	Josimar Moraes Lopes	1	26	Índigenas
Nova Olinda do Norte	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	09/08/2020	Vanderlândia de Souza Araújo	1	34	Ribeirinho
Nova Olinda do Norte	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	09/08/2020	Anderson Barbosa Monteiro	1		Ribeirinho
Nova Olinda do Norte	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	09/08/2020	Mateus Cristiano Araújo	1	16	Ribeirinho
<b>Subtotal</b>				<b>5</b>		
<b>Bahia</b>						
Camamu	Com. Quilombola Barroso	08/05/2020	Antônio Correia dos Santos, Antônio do Barroso	1		Quilombola
<b>Subtotal</b>				<b>1</b>		
<b>Maranhão</b>						
Arame	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá/Barreira Sanitária	31/03/2020	Zeziro Rodrigues Guajajara	1		Índigenas
Arari	Povoado Cedro	05/01/2020	Celino Fernandes	1		Quilombola
Arari	Povoado Cedro	05/01/2020	Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes	1		Quilombola
Centro do Guilherme	T. I. Alto Turiaçu	03/08/2020	Kwaxipuru Kaapor	1	32	Índigenas
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	15/08/2020	Raimundo Nonato Batista Costa	1	56	Posseiro
<b>Subtotal</b>				<b>5</b>		
<b>Pará</b>						
Ouriândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	22/02/2020	Raimundo Paulino da Silva Filho, Paulino do PT*	1		Sem Terra
<b>Subtotal</b>				<b>1</b>		
<b>Paraná</b>						
Diamante D'Oeste	T. I. Ava Guarani/Akdeia Tekoha Itamarã	08/03/2020	Virgínio Tupa Rero Jevy Benites	1	24	Índigenas
<b>Subtotal</b>				<b>1</b>		
<b>Rio de Janeiro</b>						
São Pedro da Aldeia	Acamp. Emiliano Zapata/Faz. Negreiros	08/07/2020	Carlos Augusto Gomes, Mineiro	1	58	Sem Terra
<b>Subtotal</b>				<b>1</b>		
<b>Rondônia</b>						
Jaru	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau/Barreira Sanitária	18/04/2020	Ari Uru Eu Wau Wau	1	32	Índigenas
<b>Subtotal</b>				<b>1</b>		
<b>Roraima</b>						
Alto Alegre	T. I. Yanomami/Apiauí/Papikú'wawaripé	12/06/2020	Original Yanomami	1	24	Índigenas
Alto Alegre	T. I. Yanomami/Apiauí/Papikú'wawaripé	12/06/2020	Marcos Arokona	1	20	Índigenas
<b>Subtotal</b>				<b>2</b>		
<b>Total</b>				<b>18</b>		

**Fonte:** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino / CPT, 2020.

A distribuição preponderante de conflitos tem duas explicações principais: a primeira decorre do fato de a expansão capitalista brasileira estar fortemente relacionada à busca por recursos naturais e terra, caso do agronegócio, da monocultura de árvores, da mineração nos ciclos ferro-aço e bauxita-alumínio, e de grandes empreendimentos de infraestrutura, como hidrelétricas, ferrovias, hidrovias, portos e rodovias. Tais casos de injustiça ambiental atingem vastos territórios e inúmeros grupos populacionais, desde indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores, até pequenos agricultores e assentamentos da reforma agrária; o segundo fator importante se refere à atuação dos

movimentos por justiça e contra o racismo ambiental no país por parte de populações e entidades ligadas aos povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais, além de movimentos ligados à reforma agrária e à agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, evidenciou-se ao longo das pesquisas bases para esse trabalho que a essência da economia brasileira é assentada no agronegócio da alta tecnologia, da monocultura de exportação, do subsídio do governo, aspectos que vão contra o pequeno agricultor, que não tem terra e nem emprego, embora contribua intensamente para o alimento saudável chegar à mesa do consumidor. Os obstáculos entre o agronegócio, a agricultura familiar e a sustentabilidade decorrem do peso político que o agronegócio imprime e do papel que desempenha na estratégia de exportação dos produtos agropecuários, impondo seus contornos econômicos e sociais.

O agro não é *tech*, ele é responsável por transformar a paisagem natural em pasto, o agro não é *pop*, ele é responsável pela quantidade absurda de venenos que poluem a água, o solo e que param na mesa do consumidor, o agro não beneficia o pequeno produtor, pelo contrário, ele traz lucros exorbitantes para os latifundiários. A caminhada pela era vigente outrora foi descrita por pesquisadores ecossocialistas como a era da emergência pela sustentabilidade, para que o ser humano não seja extinto. Wallace (2020), nos apresenta dados reais ao destacar como as ondas de contaminação são resultados de um avanço capitalista sob as áreas que deveriam ser mantidas e preservadas naturalmente.

Aqueles que tentam parar esse modelo de produção ou tentam chamar a atenção da população para uma reflexão acerca de assuntos como meio ambiente e reforma agrária no Brasil, por vezes, são assassinados. O Brasil ocupa o terceiro lugar de países no planeta que mais mata ativistas ambientais, segundo portais de notícia como El País, que nas últimas décadas podemos destacar lideranças como Chico Mendes, a missionária Dorothy Stang e Jaelson Melquíades atual liderança do MST em 2005 que foram assassinados por lutar contra as investidas do capitalismo no campo.

Merece menção ainda, em meio ao silenciamento ou tentativa de fazê-lo, o caso da professora Larissa Bombardi que precisou fugir do país depois de ter publicado a obra “Geografia do uso de agrotóxicos” do país e a íntima relação que o tema tem com a União Europeia, esses fatos trazem à tona a urgência do assunto.

## REFERÊNCIAS

- BERNARDO, E. G.; RAMOS, H. R. Desenvolvimento sustentável na agricultura familiar. V SINGEP – Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. **Anais**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.singep.org.br/5singep/resultado/237.pdf>> . Acesso em: 23 jun. 2022.
- CARVALHO, H. M. (org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.
- CPT, **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>> . Acesso em: 10 nov. 2021.
- EMBRAPA, **Mercado de cultivo - Sementes e mudas**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-mercado-de-cultivares/sobre-o-tema>>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura no Brasil, São Paulo: **Hucitec**, 1997.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna, São Paulo: **Brasiliense**, 1985.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, p. 159-176, 2010.
- IBGE, Censo agropecuário 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- LAMANO-FERREIRA, A.P. O N.; MOREIRAS, A. D. A.; GONÇALVES, K.S. et al. Agricultura orgânica: saúde, meio ambiente e sustentabilidade. In: **Meio Ambiente, Gestão e Sustentabilidade**. São Paulo: [s/e], 2017.

PEREIRA, I. B. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Ano VIII, n. 16, p. 37-52, dezembro de 2006.

SOMMERVILLE, S. Transdisciplinaridade, onda do futuro: Como preparar nossas praias. **Revista Tempo Brasileiro**, 113, pp. 75-96, 1993.

SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SILVA, C. E. M.; CE, M. Sustentabilidade Ambiental e Gestão do Uso da Terra: uma abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária. **Revista Informe Agropecuário**, v. 21, n. 202, p. 120-126, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Editora Elefante, 2020.

---

### **Renata Cavalcante Tenório**

Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Graduanda de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Bolsista no Programa Residência Pedagógica - CAPES (2020 - 2022), com vínculo na Educação Básica. Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Estudos Agrários e Regionais - NEAR, da mesma IES.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0205-4534>

Email: [renatasilva@alunos.uneal.edu.br](mailto:renatasilva@alunos.uneal.edu.br)

Artigo recebido em 26/04/2022 e aceito em 11/07/2022

